

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

DÉBORA ALVES MARTINS

**A INCORPORAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA TEORIA DO
DESENVOLVIMENTO DA CEPAL**

**GOVERNADOR VALADARES – MG
2018**

DÉBORA ALVES MARTINS

**A INCORPORAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA TEORIA DO
DESENVOLVIMENTO DA CEPAL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira da Cruz.

**GOVERNADOR VALADARES – MG
2018**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Débora Alves .

A incorporação da agenda ambiental na teoria do desenvolvimento da CEPAL / Débora Alves Martins. -- 2018.
49 p.

Orientador: Felipe Nogueira da Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2018.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. América Latina. 3. CEPAL. 4. Agenda 2030. I. Cruz, Felipe Nogueira da, orient. II. Título.

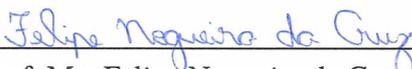
DÉBORA ALVES MARTINS

**A INCORPORAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA TEORIA DO
DESENVOLVIMENTO DA CEPAL**

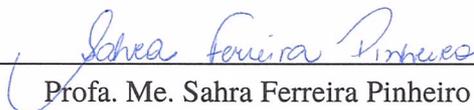
Trabalho de monografia aprovado como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares.

Aprovado em: Governador Valadares, 29 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Felipe Nogueira da Cruz – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV



Profa. Me. Saira Ferreira Pinheiro
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV



Prof. Me. Maurício Beirão da Rocha Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora – GV

RESUMO

O trabalho expõe a análise da questão ambiental presente na produção científica da CEPAL das últimas décadas. Seu objetivo é identificar como a problemática ambiental é ponderada pela comunidade internacional e como a teoria do desenvolvimento cepalina se compõe e propõe a incorporar o cuidado com o meio ambiente como um de seus compromissos. A metodologia utilizada baseou-se em uma revisão de literatura, percorrendo o movimento mundial de conscientização ambiental que teve início com a primeira conferência sobre o tema na década de 1970. Esse movimento resultou em medidas que buscam a sustentabilidade ambiental, tais como os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. Ademais, apresenta-se os principais desafios enfrentados pela América Latina na busca de um desenvolvimento sustentável, como a CEPAL contribui para esse propósito, o pensamento dos clássicos a respeito da discussão ambiental e a implementação da Agenda 2030 na região. Por fim, o trabalho sugere uma maior conscientização ambiental na esfera internacional e salienta que há muito o que progredir quando o assunto é desenvolvimento sustentável periférico, uma vez que a região carece de estudos e investimentos voltados à realidade latino-americana.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; América Latina; CEPAL; Agenda 2030.

ABSTRACT

The paper presents an analysis of the environmental issue focused on the developmental theory that ECLAC addresses to Latin America. It aims to identify how the environmental problem is weighted by the international community and how composed is ECLAC development theory, also the way proposes to incorporate caution with the environment as one of its commitments. The methodology used was based on a literature review, going through the global awareness movement that began with the conferences in the 1970s. They resulted in transformational measures such as the MDGs, SDGs and Agenda 2030. The study also presents the main challenges that Latin America faced in the pursuit of sustainable development, as ECLAC contributes with its central ideas, the classics thinking about environmental discussion and the implementation of Agenda 2030 in Latin American countries. Finally, the work suggests a greater environmental awareness in the international scope and seeks to emphasize that there is much to progress when it is about the peripheral sustainable development, as the region needs studies and investments focused on the Latin American reality.

Keywords: Sustainable development; Latin America; ECLAC; Agenda 2030.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015)	17
Quadro 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030).....	19
Quadro 3 - A dinâmica das economias periféricas	27
Quadro 4 - Síntese dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL	31
Quadro 5 - Propostas de políticas para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – O DESPONTAR PARA A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À AGENDA 2030	10
1.1 As Conferências Mundiais sobre o Meio Ambiente	10
1.2 A transição dos ODM para os ODS: a formulação da Agenda 2030	17
1.3 Principais desafios para a América Latina na busca do desenvolvimento sustentável... ..	20
CAPÍTULO 2 – AS DISCUSSÕES SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DA CEPAL	23
2.1 A teoria do (sub)desenvolvimento da CEPAL	23
2.2. Os primeiros debates sobre a questão ambiental: Prebisch, Furtado e Sunkel	32
2.3 O debate contemporâneo: a incorporação da Agenda 2030 pela CEPAL	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

A maior consciência sobre a necessidade de se discutir as questões ambientais despontou aproximadamente em meados do século XX, gerando um movimento mundial que incentivou a realização de diversas conferências e encontros nas últimas décadas. Essa trajetória culminou em acordos e tratados assinados pelos países em busca de novas práticas que considerem o meio ambiente parte integrante do desenvolvimento. A partir da Revolução Industrial, o intenso crescimento econômico em bases insustentáveis agravou e tornou os problemas ambientais perceptíveis aos olhos da população, principalmente dos países desenvolvidos. No início dos anos 1970, os questionamentos sobre o modelo econômico vigente se intensificaram, em razão do crescente aumento das desigualdades, especialmente entre as nações mais ricas e as periféricas.

O desenvolvimento sustentável¹ inclui em seu objetivo a qualidade de vida humana e a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, pautando-se no reconhecimento de que a crescente deterioração ambiental trouxe em questão o uso excessivo dos recursos naturais, junto com a possibilidade de seu esgotamento. Isso levou a criação de várias Organizações não Governamentais (ONGs) engajadas no debate ambiental que pressionavam governos e participavam ativamente dos encontros sobre o tema em prol de um mundo sustentável. O movimento de conscientização desencadeou a criação de departamentos e secretarias que foram responsáveis por regulamentos e normas visando à preservação dos serviços ecossistêmicos a nível internacional.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), desde os anos 1980, também tem se preocupado com o meio ambiente. Suas primeiras publicações nessa direção vieram de pensadores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, formuladores de reconhecidas teses acerca do desenvolvimento periférico e também os pioneiros a incorporar a agenda ambiental nos estudos conduzidos na instituição. Nos anos recentes, o entendimento cada vez maior da necessidade de se repensar o padrão insustentável de crescimento incentivou uma intensa produção científica sobre o tema no âmbito da CEPAL. Deve-se salientar que as discussões atuais vêm sendo feitas tendo em vista as especificidades e os desafios colocados aos países latino-americanos, tais como a redução das desigualdades e a reestruturação produtiva, tecnológica e financeira de suas economias. Essa tem sido a perspectiva adotada, por exemplo, na análise das oportunidades e dos obstáculos

¹ O foco deste trabalho é analisar o desenvolvimento ambientalmente sustentável, portanto quando o termo “desenvolvimento sustentável” for usado relaciona-se à questão ambiental.

decorrentes dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030, o principal programa ambiental das Nações Unidas para as próximas décadas.

O objetivo deste trabalho é discutir, de maneira geral, a incorporação da agenda ambiental na análise do desenvolvimento da América Latina pelos pesquisadores ligados à CEPAL. Entende-se que, por integrar a estrutura das Nações Unidas, principal condutora das conferências mundiais sobre o meio ambiente, a CEPAL acompanhou o avanço dos debates sobre a sustentabilidade, inserindo-os em suas publicações. Sendo assim, os objetivos específicos são:

- Identificar de que maneira a comunidade internacional, representada nas Nações Unidas, despontou para a problemática ambiental, com ênfase no período recente, principalmente a transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a Agenda 2030;
- Entender os principais elementos que compõem a teoria do desenvolvimento formulada no âmbito da CEPAL e como a temática sobre o meio ambiente foi incorporada nos trabalhos de alguns dos principais expoentes dessa teoria: Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel;
- Abordar as pesquisas recentes publicadas pela CEPAL cujo foco são as oportunidades e os desafios colocados pela Agenda 2030 aos países da América Latina.

Para tanto, foi adotada uma pesquisa descritiva de caráter bibliográfico e documental, recorrendo-se a textos produzidos por estudiosos das áreas de meio ambiente, desenvolvimento econômico e América Latina, bem como documentos publicados pelas Nações Unidas e pela CEPAL. Após o levantamento bibliográfico e uma revisão preliminar da literatura, as informações obtidas foram organizadas e examinadas com o objetivo de apreender os elementos teórico-conceituais relevantes para os fins da pesquisa, quais sejam: o movimento internacional de conscientização ambiental e seus principais reflexos; a Agenda 2030; a problemática ambiental na América Latina; a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e a discussão ambiental levada a cabo no âmbito dessa instituição. A apresentação dos resultados seguiu o formato de uma revisão de literatura e foi dividida em dois capítulos.

O primeiro capítulo inicia-se com a apresentação de diversas conferências mundiais voltadas para a questão ambiental e destaca a mudança dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como tais objetivos culminaram na formulação da Agenda 2030. Por fim, a última seção do capítulo

trata os principais desafios colocados aos países latino-americanos para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

O capítulo 2 discute meio ambiente e desenvolvimento a partir da visão cepalina, sendo dividido em três seções. A primeira seção aborda as principais ideias da teoria do desenvolvimento da CEPAL e, em seguida, a segunda seção introduz os debates pioneiros sobre meio ambiente conduzidos no âmbito da Comissão por Prebisch, Furtado e Sunkel. A seção final do capítulo trata da Agenda 2030 sob a perspectiva da América Latina.

As considerações finais encerram este trabalho, resumizando o movimento de incorporação da agenda ambiental pela CEPAL.

CAPÍTULO 1 – O DESPONTAR PARA A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À AGENDA 2030

O objetivo deste capítulo inicial é apresentar o despontar da humanidade para a problemática ambiental, movimento que teve início na década de 1970, bem como suas implicações para a América Latina. O capítulo está dividido em três seções. A seção 1.1 relata as diversas Conferências Mundiais sobre o Meio Ambiente realizadas no âmbito das Nações Unidas, descrevendo como a sustentabilidade ambiental foi sendo incorporada nas estratégias e políticas de desenvolvimento dos países. Na sequência, a seção 1.2 foca a transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), apontando a formulação da Agenda 2030. Por fim, a seção 1.3 discorre sobre os principais desafios da América Latina na busca do desenvolvimento sustentável.

1.1 As Conferências Mundiais sobre o Meio Ambiente

A avaliação das diversas conferências sobre o meio ambiente ocorridas desde 1990 revela o avanço relativo alcançado pelos países nas questões específicas levantadas em cada ocasião, isso devido ao comprometimento internacional e à capacidade de conscientização que as Nações Unidas se propõem a assumir (ONU, [s. d.]). Um exemplo é o tratamento dado às mudanças climáticas: em 1988, foi criado o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), cujos relatórios de pesquisa endossaram a constituição da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças no Clima. Atualmente, as decisões dessa Convenção são operacionalizadas no âmbito do Acordo de Paris, o qual busca envolver todos os países (desenvolvidos e em desenvolvimento) na redução de emissões de gases estufa (QUADROS, 2017).

As discussões sobre meio ambiente no âmbito das ONU se originaram com a primeira conferência na área, em 1972, na Suécia, conhecida como Conferência de Estocolmo. Realizada com o propósito de garantir um desenvolvimento que não agredisse o meio ambiente, o evento contou com a participação de 113 nações e 250 Organizações Não Governamentais (ONGs). O relatório fruto das reuniões defendia 26 princípios e recomendava diversas ações em nível internacional. Foi criado naquele ano o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de tratar o ecodesenvolvimento (ONU,

1972) e coordenar as práticas internacionais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável (NEUHAUS; BORN, 2007).

O evento proporcionou alguns documentos como o Plano de Ações para o Meio Ambiente, o qual estabelecia condições para uma boa relação entre meio ambiente e desenvolvimento, e a Declaração sobre o Ambiente Humano (ou Declaração de Estocolmo), que chamava a atenção da sociedade para questões sobre educação ambiental. Em relação às motivações que levaram os países a se debruçarem sobre o tema, Philippi Junior e Pelicioni (2005, p. 818) afirmam que:

(...) os países desenvolvidos estavam preocupados com a poluição industrial, a escassez de produtos energéticos, a decadência de suas cidades e com outros problemas decorrentes dos seus processos de desenvolvimento. Já os países não desenvolvidos tinham suas preocupações dirigidas aos elevados níveis de pobreza e de desemprego e os baixos indicadores de qualidade de vida, além da necessidade de se desenvolverem nos moldes conhecidos até então, idealizados pelos países desenvolvidos e únicos modelos existentes.

Para Philippi Junior e Pelicioni (2005), a Conferência de Estocolmo foi divisor de águas no processo de mudança percebido na atualidade em direção à responsabilidade ambiental. Ela também foi representativa para a questão do desenvolvimento no planeta, momento em que surgiu o neologismo ecodesenvolvimento, substituído posteriormente pela expressão “desenvolvimento sustentável”. Segundo Montibeller Filho (1993), a Conferência mostrou-se como um marco na conscientização que começava a se revelar em decorrência da insatisfação no tocante às condições de vida da maioria da população e à pressão ambiental crescente. O autor define ecodesenvolvimento como:

Na definição dada por Sachs (...) o Ecodesenvolvimento significa “o desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio”. A definição deixa patente a preocupação com os aspectos econômicos, porém, não dissociados da problemática social e da ambiental. (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 132)

Maimom (1992) *apud* Montibeller Filho (1993) aponta a diferença entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. O primeiro aborda o atendimento das necessidades básicas da sociedade, por meio de tecnologias das mais simples as mais complexas que possibilitem lidar com cada ambiente respeitando suas características. Já o desenvolvimento sustentável enfatiza a responsabilidade na política ambiental, tanto com gerações futuras quanto a responsabilidade comum com os problemas globais. Sachs (1993)

apud Montibeller Filho (1993) considera que, dados os pontos em comum, os termos podem ser tomados como sinônimos.

Após a Conferência de Estocolmo, ocorreram a Conferência de Toronto, em 1988, no Canadá, e a Conferência de Genebra, em 1999, na Suíça, ambas abordando a temática referente ao clima e às mudanças na temperatura do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), sediada no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992, popularizada também como Eco-92 ou Rio-92, foi designada como princípio orientador após 20 anos da primeira conferência com a intenção de colocar em prática as propostas desenvolvidas, tais como: repensar o desenvolvimento sustentável para padrões de produção, fontes alternativas de energia em substituição aos combustíveis fósseis, redução da emissão de gases poluentes e a conscientização no consumo de água. Foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção sobre Mudanças Climáticas, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas. O principal documento disponibilizado no evento foi a Agenda 21, um compromisso firmado por 179 nações, contendo mais de 2500 recomendações com o propósito de integração global e local para alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI.

A Cúpula sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, foi um marco no reconhecimento do papel e das contribuições da sociedade civil para a governança ambiental. Milhares de ONGs e movimentos sociais participaram da Cúpula e do evento paralelo, o Fórum Global da Sociedade Civil, que foi organizado pelo FBOMS. A Declaração da Rio-92 e a Agenda 21 consagraram a participação da sociedade civil na governança ambiental internacional (...) O Princípio 10 da Declaração do Rio define que temas ambientais são mais bem abordados com a participação dos cidadãos envolvidos. Também define a importância do acesso à informação, acesso à participação no processo de tomada de decisão política e acesso à justiça. Na Rio-92, os Governos também definiram os nove grupos principais a serem envolvidos, a seguir: agricultores, mulheres, a comunidade científica, crianças e jovens, povos indígenas, trabalhadores e sindicatos, indústria, ONGs e autoridades locais. (NEUHAUS; BORN, 2007, p. 14)

A Agenda 21 trouxe como contribuição documentos, tratados, protocolos e relatórios que conduziram as nações envolvidas durante décadas. Ela expandiu a compreensão a respeito do desenvolvimento sustentável, conciliando as esferas social, econômica e ambiental. De fato, a Agenda 21 indicou caminhos, ferramentas e ainda políticas e programas para o direcionamento necessário na tentativa de se obter equilíbrio entre a população, seu consumo e a capacidade do planeta (SIRKIS, 1999 *apud* PHILIPPI JUNIOR; PELICIONI, 2005).

A Agenda 21 configurou-se como uma *soft law*, isto é “um acordo que não cria vínculos legais que tornam sua implementação obrigatória nos países que a assinaram”

(PHILIPPI JUNIOR; PELICIONI, 2005, p. 823). Para sua implementação, a Agenda 21 apontou para medidas concernentes aos níveis nacional, regional e local, sendo indispensáveis fóruns e comissões para a participação de todos os representantes da sociedade como civis, setor produtivo e governo. Para tanto, foi designado aos municípios o dever de supervisionar a realização das estratégias desenvolvidas, oferecendo condições necessárias para a implementação das políticas nacionais e estabelecendo as regulações ambientais. Para Fowler e Aguiar (1995), destaca-se também a avaliação dos resultados ambientais obtidos a partir da adoção da Agenda 21. Sobre a avaliação ambiental, Macedo (1995, p. 16) escreve:

A avaliação ambiental, quando bem desenvolvida, precisa estabelecer uma medida de comparação entre situações alternativas. Avaliar pressupõe mensurar e comparar. Dessa forma, é fundamental a utilização dos conceitos de cenários ambientais, temporal e especialmente distintos, de modo a que se proceda a avaliação entre situações concretas e potenciais diversas, porém essencialmente comparáveis. Por conseguinte, um dos principais produtos de uma avaliação ambiental é o cenário ambiental futuro da região sob estudo do que se deseja atingir, ou seja, o seu cenário-alvo. Esse cenário é o fundamento para o desenvolvimento de um plano ambiental integrado para a região, que buscará garantir níveis compatíveis de qualidade ambiental e de vida para todos os fatores ambientais nela ocorrentes, satisfazendo-lhes a dinâmica das relações de que necessitam e desejam manter entre si.

Para Denny (2016) quando o modelo de governo se caracteriza pela responsabilidade, transparência e participação pública, o uso da tecnologia para o compartilhamento de informações, envolvimento e comunicação viabiliza a participação popular na administração pública. A tecnologia possibilita atualmente que o armazenamento de dados seja monitorado, que esses dados sejam colocados em fluxo e acessíveis. Ademais, a velocidade alcançada permite que as informações sejam passadas em tempo real, a variedade de programas e sensores que são capazes de aumentar a produção. Por último, Denny (2016, p. 10) coloca a complexidade associada a esse processo, uma vez que “grandes volumes de dados de diversas fontes apresentam um desafio maior para serem vinculados, correlacionados, limpos, transformados para dar utilidade aos dados que compõem o sistema”, portanto o uso da tecnologia permite auxílio na avaliação ambiental.

Dias (2011) considera que os fóruns internacionais têm como objetivo a busca de uma agenda que lute no combate à pobreza e à destruição ambiental, apesar de que os países mostrem diferentes propostas para enfrentar os problemas, reconhecem que apenas com estratégias conjuntas conseguirão enfrentar os desafios. Tal visão permeou a construção da Agenda 21. Às autoridades locais foi atribuído papel crucial na sua consecução.

Como muito dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais foram consideradas um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisionam o processo de planejamento, estabelecem as políticas públicas e regulamentações ambientais locais e nacionais e contribuem para a implementação de políticas públicas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo da população, desempenha papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de seu desenvolvimento sustentável (MMA, [s. d.]b).

As Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, conhecidas também por COP, foram criadas na Eco-92 para a tomada de decisões que dizem respeito ao controle de emissões de gases causadores do efeito estufa², tratando assim de questões atmosféricas e climáticas. “Seu objetivo é manter regularmente sob exame e tomar as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos que a COP possa adotar” (MMA, [s. d.]c). Em 1995, ocorreu a primeira conferência (COP-1) em Berlim, Alemanha. Nos dois anos seguintes, Genebra (COP-2), na Suíça, e Kyoto (COP-3), no Japão, sediaram o evento. A COP de 1997 se destacou em virtude da criação do Protocolo de Kyoto, com metas voltadas para a redução nas emissões de gases causadores do efeito estufa. Para isso, os países envolvidos tinham a incumbência de diminuir suas emissões. Os países desenvolvidos foram considerados os principais causadores da mudança climática, dada sua trajetória de maior crescimento econômico (MMA, [s. d.]d). Sendo assim, para que o documento fosse aprovado, os países desenvolvidos teriam que aceitar as propostas, uma vez que a maior parte das emissões são originadas de suas economias. Inicialmente, os EUA não ratificaram o Protocolo, o que travou fortemente a eficácia das medidas contra as mudanças climáticas, argumentando que as nações em desenvolvimento também deveriam ter metas de redução (DIAS, 2011).

² “A atmosfera terrestre é constituída de gases que são relativamente transparentes à radiação solar, enquanto absorvem grande parte da radiação emitida pela superfície aquecida da Terra. Isso faz com que a sua superfície tenha uma temperatura maior do que se não houvesse a atmosfera. Tal processo é conhecido como Efeito Estufa. Há uma grande preocupação quanto aos riscos de sua intensificação e aos seus reflexos sobre o clima do planeta. Avalia-se que alterações no Efeito Estufa estejam causando Mudanças Climáticas Globais, o que dá uma ideia da dificuldade existente no desenvolvimento de modelos que prevejam suas consequências” (XAVIER; KERR, 2004, p. 328).

Em conjunto com o Protocolo de Kyoto, surgiu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)³ e os certificados de carbono⁴. Segundo Dias (2011, p. 141):

Como alguns países não conseguem atingir as metas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, criou-se um sistema de compensação, através do qual países que não precisam reduzir as emissões e têm práticas de preservação ao meio ambiente atuam como voluntários, vendendo seus créditos para países investidores. Esse mecanismo representa uma forma de cooperação, através de implementação conjunta e comércio de emissões, permitindo que países desenvolvidos cumpram suas metas através de financiamento de projetos em países em vias de desenvolvimento, tais como: conservação de áreas naturais protegidas, reflorestamento, iluminação eficiente, eficiência energética nos processos industriais etc.

O período para implementação das medidas do Protocolo de Kyoto termina em 2020, período que o Acordo de Paris passa a vigorar, abrangendo quase todas as emissões no mundo. Tal acordo refere-se à 21ª Conferência das Partes (COP-21), realizada em Paris e que tem o intuito de buscar respostas sólidas dos países para lidar com as ameaças das mudanças climáticas e seus respectivos impactos (MMA, [s. d.]a).

Johanesburgo na África do Sul foi sede, em 2002, de mais uma conferência, voltada para a avaliação dos resultados obtidos até então e o direcionamento para a realização dos compromissos acordados na Rio-92. Naquele momento, confirmaram-se as metas para o bem socioambiental do planeta, unidas à defesa da biodiversidade e ao encorajamento para a produção de energias renováveis. Segundo ONU ([s. d.]d), a cimeira reuniu milhares de integrantes, incluindo organizações não governamentais, chefes de Estado e delegados nacionais para convidar o mundo a se atentar para a conservação dos recursos naturais, visto que a demanda por esses recursos se encontra em expansão.

Na sequência, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, ocorreu em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, marcando 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Atuando para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, os participantes desenvolveram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que

³ “O desenvolvimento limpo é o terceiro mecanismo criado pelo Protocolo de Kyoto. De acordo com ele, os países industrializados terão de reduzir suas emissões em cerca de um bilhão de toneladas de carbono por ano, dentro de 10 anos” (GOLDEMBERG, 2000, p. 80).

⁴ “Créditos de Carbono são certificados que autorizam o direito de poluir. O princípio é simples. As agências de proteção ambiental reguladoras emitem certificados autorizando emissões de toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes. Inicialmente, selecionam-se indústrias que mais poluem no País e a partir daí são estabelecidas metas para a redução de suas emissões. As empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólares, equivale a uma tonelada de poluentes. Quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecidas por lei, tem que comprar certificados das empresas mais bem-sucedidas. O sistema tem a vantagem de permitir que cada empresa estabeleça seu próprio ritmo de adequação às leis ambientais. Estes certificados podem ser comercializados por intermédio das Bolsas de Valores e de Mercadorias” (EL KHALILI, 2003, p. 1).

surgiram da necessidade de continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e de responder a novas dificuldades. Acordos como o fortalecimento do PNUMA, estabelecimento de um fórum político, estratégias de financiamento, compromissos voluntários e novas parcerias aconteceram visando a promoção do desenvolvimento sustentável (ONU, [s. d.]c).

As origens dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, conforme Mibielli e Barcellos (2014), vieram a partir de discussões da ONU e OCDE⁵ acerca das relações internacionais pós-Guerra Fria. No período de confrontação entre Estados Unidos e União Soviética, quem disputava o domínio político tinha o papel de “modelo de troca”, puxando os países em desenvolvimento para um dos dois lados da disputa. As políticas de liberalização que ocorreram nos anos 1980 fizeram com que os países pobres perdessem recursos advindos dos países desenvolvidos. Em 1996, a OCDE lançou o documento “*Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation*” (OCDE,1996), com metas que buscavam o desenvolvimento social e sustentabilidade do meio ambiente, regeneração e bem-estar econômico. Portanto, as metas dos ODM foram praticamente tiradas desse documento que também procurou trazer o que estava sendo discutido nas conferências realizadas pela ONU nos anos 1990.

Por fim, em 2015, na sede da ONU em Nova York, foi realizada a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, momento em que foram estabelecidos os novos ODS para uma agenda voltada a concluir o trabalho dos Objetivos do Milênio. Foi celebrado por 193 Estados membros da Assembleia Geral das Nações Unidas um compromisso geral para acabar com a pobreza, combater a desigualdade, injustiças e trabalhar os problemas causados pelas mudanças climáticas. Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável vêm na tentativa de equilíbrio entre as atividades antropogênicas e o cuidado com o planeta.

Segundo ONU (2015), os Objetivos do Milênio conseguiram reduzir pela metade a extrema pobreza, alcançar a educação igualitária primária entre meninos e meninas e reduzir em 40% o número de novas infecções por HIV (vírus da imunodeficiência humana). Após firmado o acordo, surgiu a necessidade de ação global para resultados locais, movendo o mundo para resultados sustentáveis. A próxima seção enumera os ODM, discute brevemente alguns dos resultados obtidos a partir de sua aplicação e a transição para os ODS.

⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

1.2 A transição dos ODM para os ODS: a formulação da Agenda 2030

Como visto na seção anterior, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio surgiram de diversas cúpulas mundiais realizadas sobre desenvolvimento sustentável. Conceituados especialistas tiveram como propósito principal a contenção da extrema pobreza e responder aos desafios sociais que ainda assolam o mundo no século XXI. Anunciados em 2000, os oito objetivos abriram espaço para políticas que buscassem o desenvolvimento e orientassem os governos em nível internacional, nacional e local durante os próximos quinze anos (ONU, 2015). Tais objetivos seguem listados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015)

	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
1	Erradicar a extrema pobreza e a fome
2	Atingir o ensino básico universal
3	Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres
4	Reduzir a mortalidade infantil
5	Melhorar a saúde materna
6	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7	Garantir a sustentabilidade ambiental
8	Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

Fonte: Elaboração da autora.

Segundo Ban Ki-moon, secretário geral da ONU entre 2007 e 2017, os ODM produziram o maior movimento contra a pobreza da história (ONU, 2015). Houve a redução em 50% de pessoas em extrema pobreza e fome e o aumento da proporção de pessoas com acesso à água potável, maior igualdade de gênero nas escolas, maior número de mulheres trabalhando e progresso nos indicadores de saúde. Contudo, o avanço se deu de forma desigual entre as diferentes regiões e países, indicando a necessidade de esforços direcionados em uma nova proposta (LUCIANO, 2016).

Mibielli e Barcellos (2014) reiteram que a formulação dos ODM se deu com duas finalidades. A primeira se refere a uma maior ajuda dos países ricos aos pobres e a segunda ao maior envolvimento dos países, principalmente dos subdesenvolvidos no aumento do desenvolvimento humano. Tais fins se complementam à medida que a assistência dada aos países pobres contribui para melhora do empenho destes últimos.

Para Fonseca e Fagnani (2013), o Brasil cumpriu em 10 anos metas contidas nos ODM que deveriam ser alcançadas em 25 anos. A valorização do salário mínimo junto com a expansão da oferta de serviços sociais, incluindo as transferências de renda como o programa Bolsa Família, permitiram que a população em extrema pobreza diminuísse de 24,4% para 10,2% entre 2003 e 2011.

Conforme Luciano (2016), 2015 foi o ano para analisar resultados e avaliar as políticas e estratégicas usadas para o cumprimento dos Objetivos. A inovação nos ODM pode ser vista se comparada a políticas anteriores, como a criação das oito metas e um roteiro para sua realização no prazo de quinze anos. Para o autor, “apesar do reconhecimento de que houve progresso em geral, expressou-se certa preocupação sobre a falta de avanço em algumas áreas” (LUCIANO, 2016, p. 88). O setor da saúde, principalmente, sofreu as consequências da não realização das metas propostas, além da desigualdade entre os avanços nas regiões e países analisados. Em consequência disso, foi criada uma nova proposta para a intensificação dos ODM na Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012.

Os ODS surgiram do trabalho intensivo durante um ano do Grupo Aberto de Trabalho (grupo formado por diversas nações, criado na Conferência Rio+20) na sua produção para a substituição dos ODM ao final de 2015, aumentando o nível de ambição das metas em comparação com aquelas propostas em 2000. Os 17 objetivos são reportados no Quadro 2. Os ODS foram incorporados na Agenda 2030. O documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é uma estratégia conjunta para governo e sociedade se comprometerem a tomar medidas em favor do desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos. Abrange os 17 ODS e 169 metas, sendo que os países podem adotá-las de acordo com suas distintas particularidades, mas em busca de uma parceria global (ONU, [s. d.]). A agenda 2030 surge como oportunidade na viabilização do desenvolvimento sustentável.

Quadro 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030)

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	
1	Erradicação da pobreza
2	Fome zero e agricultura sustentável
3	Saúde e bem-estar
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de gênero
6	Água potável e saneamento
7	Energia acessível e limpa
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, inovação e infraestrutura
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação contra a mudança global do clima
14	Vida na água
15	Vida terrestre
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

Fonte: Elaboração da autora

Para a realização de suas propostas e ambições, os ODS necessitam de financiamento, que pode se dar de forma interna, internacional, pública e privada.

Os desafios da crise financeira global, da desigualdade mundial em ascensão, do número crescente de catástrofes naturais devido à mudança climática e da quantidade cada vez maior de Estados falidos e frágeis que provocam uma onda histórica de refugiados definem o cenário para a formulação dos ODS. A luta contra a pobreza e a batalha por um desenvolvimento sustentável exigem soluções urgentes, uma parceria global com forte compromisso e dinheiro para financiá-los. (LUCIANO, 2016, p. 50)

A utilização de novas tecnologias, uma reforma na política fiscal, empresas engajadas na causa sustentável juntamente com incentivos, políticas e regulações aplicadas de forma adequada são mecanismos eficientes na obtenção de resultados para o desenvolvimento sustentável (ONU, [s. d.]a).

Segundo CEPAL (2016), para o alcance das metas incluídas nos ODS são necessárias a promoção e atuação de governantes e gestores locais com o objetivo de mobilizar e

conscientizar os demais atores sobre a importância das metas estabelecidas. Embora os ODS sejam considerados globais e aplicáveis de forma ampla, é preciso formular políticas locais e regionais para sua realização.

Os ODS refletem uma significativa evolução se comparados aos ODM, visto que abrem espaço para metas nacionais, ou seja, planos lançados pelos governos dos países, refletindo assim no propósito da Agenda 2030. Porém, alguns pontos dos ODS ficaram defasados em relação aos ODM, um deles são as metas para o combate à mortalidade materna e infantil. A Agenda 2030 tem o desafio imediato de adequar as metas, objetivos e indicadores com resultados que alcancem seus compromissos e sejam robustos e significativos (CEPAL, 2016).

1.3 Principais desafios para a América Latina na busca do desenvolvimento sustentável

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) propõe um desenvolvimento sustentável onde a mudança estrutural e a igualdade orientem as decisões no caminho a ser percorrido. O nível de desenvolvimento das nações depende de múltiplos fatores, um deles: a medida de bem-estar da população. A desigualdade presente nos países latino americanos leva os indicadores a não refletirem a realidade da população, uma vez que eles consideram a América Latina uma região com renda média e altos níveis de bem-estar, portanto o enfoque dado não deve ser setorial e originar-se das especificidades seus próprios países (CEPAL, 2013).

A região também enfrenta desafios cruciais e problemas emergentes que requerem especial atenção. Cabe destacar entre eles a dinâmica demográfica, a rapidez e autonomia dos processos de urbanização, as brechas essenciais dentro da desigualdade – territoriais, de gênero e etárias, entre outras –, a vulnerabilidade aos eventos naturais extremos, exacerbados pela mudança climática e a dependência do meio ambiente e dos recursos naturais. O atual cenário econômico regional, relativamente positivo, não deve desconsiderar as recorrentes crises econômicas e a vulnerabilidade aos choques externos, que demandam uma maior resiliência no plano econômico e da proteção social. (CEPAL, 2013, p. 59)

Para se chegar a realização dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe é preciso reflexão para o alcance da agenda proposta para as décadas futuras. Conforme Cepal (2013):

(...) em uma região de renda média, os limites de uma agenda de desenvolvimento centrada no crescimento econômico e na redução da pobreza monetária se analisam num contexto regional marcado pela desigualdade, a transição demográfica, a alta urbanização, a crescente insegurança e a vulnerabilidade frente a degradação do meio ambiente, a mudança climática e os desastres naturais. Para transitar a um modelo de desenvolvimento sustentável se propõe a mudança estrutural como caminho, as políticas públicas como instrumento e uma perspectiva de direitos que promova a igualdade e a sustentabilidade como valores adjacentes e como horizonte. A governança global para o desenvolvimento sustentável deve ser construída de modo que permita essa transição. (CEPAL, 2013, p. 146)

Os níveis de pobreza e indigência se mostram com o passar dos anos menores, contudo ao analisar dentro de um país e entre nações, notam-se elevados níveis de desigualdade. A CEPAL propõe dois aprendizados que podem ser observados a respeito do equilíbrio macroeconômico e do gasto público. O primeiro se refere ao equilíbrio da macroeconomia para se alcançar ciclos econômicos sem excessos e o segundo traz a ideia do aumento da despesa pública e social que diminuiu a tendência pró-cíclica, demonstrando um desempenho superior que no passado (CEPAL, 2013).

O emprego de qualidade é considerado como fator importante no combate à pobreza e mecanismo impulsionador para o crescimento a longo prazo. As instituições trabalhistas se fortaleceram com a melhora dos indicadores de emprego na última década (WELLER, 2009). Para CEPAL (2013, p. 42), “as instituições trabalhistas devem ser formuladas de maneira a criar e potenciar círculos virtuosos entre aumentos de produtividade e qualidade do emprego”.

A CEPAL e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propuseram que, como ocorre com as políticas macroeconômicas, a efetividade das políticas de emprego em boa medida descansa sobre sua sincronia e capacidade de resposta à evolução do ciclo econômico. As políticas de mercado de trabalho devem atenuar os ciclos para que as empresas não percam seu capital humano em momentos de crise e os trabalhadores não sejam afetados por longos períodos de desemprego, com conseqüente perda de renda e crescente dificuldade para reinserir-se no mercado de trabalho. A esse respeito, diversas políticas possuem maior pertinência e efetividade potencial segundo o momento do ciclo. Num contexto de crise, por exemplo, os programas de emprego direto e de retenção no emprego são prioritários com o fim de contrabalançar efeitos negativos, em especial para os trabalhadores mais vulneráveis e menos capacitados. Por outro lado, em fases de crescimento, essas políticas devem priorizar ações que permitam expandir a demanda e a oferta de emprego com maiores níveis de produtividade. (CEPAL/OIT, 2011 apud CEPAL, 2013)

A luta contra a pobreza continuará sendo um dos objetivos prioritários da nova agenda de desenvolvimento, considerando os altos níveis que esta registra na América Latina, Caribe e demais regiões em desenvolvimento. Lutar em favor da erradicação da pobreza continua como um dos principais objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento. Para CEPAL

(2013), avançar no combate à pobreza representa o progresso no alcance dos demais objetivos para o desenvolvimento.

Além da pobreza absoluta, importa também a pobreza relativa. A redução da desigualdade – objetivo central de uma nova agenda de desenvolvimento – requer que a medição da pobreza absoluta baseada no consumo seja acompanhada de indicadores de pobreza relativa, que permitem analisar melhor a evolução do bem-estar em períodos mais longos e determinar em que medida o aumento da renda nacional incorpora a população aos padrões médios de consumo dos países. (CEPAL, 2013)

Os resultados para o desenvolvimento serão eficazes, conforme CEPAL (2013), quando ciência e elaboração de políticas estiverem caminhando juntas como políticas que têm base empírica na busca de respostas para as necessidades apresentadas. Para a América Latina e o Caribe especificamente, o campo da pesquisa deve abranger conhecimentos sobre a região e sobre os povos indígenas, a fim de que informação, conhecimento e recursos sejam usados na elaboração de medidas sobre economia, saúde e meio ambiente.

O próximo capítulo aprofunda essa discussão, resgatando a teoria do desenvolvimento formulada por estudiosos ligados à CEPAL e como a temática sobre o meio ambiente foi inserida na produção científica da instituição.

CAPÍTULO 2 – AS DISCUSSÕES SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DA CEPAL

Este segundo capítulo tem como propósito trazer as discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento no contexto latino-americano a partir das contribuições da CEPAL, sendo dividido em três seções. A primeira (2.1) aborda a teoria do desenvolvimento cepalina e suas ideias centrais. A seção 2.2 descreve as perspectivas a respeito da questão ambiental desenvolvidas por Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, importantes teóricos do desenvolvimento periférico e pioneiros na discussão sobre meio ambiente no âmbito da organização. Por último, a seção 2.3 elenca as principais análises sobre as oportunidades e os desafios colocados pela Agenda 2030 aos países da América Latina.

2.1 A teoria do (sub)desenvolvimento da CEPAL

O contexto histórico que deu origem à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é marcado por uma economia mundial desequilibrada, com crise financeira e de produtividade em vários países, principalmente na Europa prejudicada pela Segunda Guerra Mundial. A escassez de dólar e ouro do imediato pós-guerra provocou efeitos negativos sobre a América Latina. Segundo Bielschowsky (2000), a falta de acesso aos “dólares escassos” dificultou o reaparelhamento produtivo da região, levando os governos a protestarem contra a exclusão de seus países dos planos de ajuda econômica que os Estados Unidos destinaram à Europa e ao Japão, a exemplo do Plano Marshall. É neste íterim que surgiu a CEPAL, pautando-se pela busca de uma nova perspectiva acerca do desenvolvimento latino-americano. Para Nery (2011, p. 22):

Fazia-se necessário uma teoria econômica que fosse aplicável a uma realidade diferente daquela dos países desenvolvidos, capaz de apreender a especificidade dos países periféricos, a partir da percepção de que somente novas teorias poderiam explicar estruturas e dinâmicas distintas.

A CEPAL foi definida pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU), em 25 de fevereiro de 1948, como uma organização voltada para o

desenvolvimento da América Latina e, posteriormente, do Caribe⁶. Foi escolhida a cidade de Santiago, no Chile, para sediá-la. Sua existência desde então baseou-se em um pensamento crítico, dada a peculiaridade da dinâmica econômica latino-americana, recorrendo ao chamado método histórico-estrutural, o qual permite uma visão das transformações sucedidas nos âmbitos econômico, político e social da região e do mundo.

A CEPAL entende que os processos de desenvolvimento vivido pelos países latino-americanos possuem características análogas e, ao mesmo tempo, contrastantes e, portanto, devem ser analisados de diferentes formas. Os traços em comum de tais nações se dão devido à formação histórica das economias nacionais. Esse tipo de análise foi adotado pela CEPAL na intenção de discutir a forma do desenvolvimento periférico. De acordo com Sunkel e Paz (1974, p. 16), a série de problemas ocasionadas pelo subdesenvolvimento se refere a um “conjunto complexo e inter-relacionado de fenômenos trazidos e expressados pelas desigualdades flagrantes de riqueza e pobreza, pelas potencialidades produtivas não aproveitadas, pela dependência econômica, cultural, política e tecnológica”.

O próprio sistema capitalista é gerador da divisão entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, cada uma com estruturas próprias, mas interdependentes. A capacidade de crescimento endógeno torna o primeiro grupo de países dominante. Já os países subdesenvolvidos possuem uma dinâmica de dependência e a constante tentativa de superá-la transforma a estrutura econômica. Sunkel e Paz (1974, p. 46) conceituam desenvolvimento a partir do processo de transformação social:

(...) um processo deliberado que busca como finalidade última, a igualação das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como relativamente a sociedades que desfrutam padrões mais altos de bem-estar material. Entretanto, isto não significa que o referido processo de mudança social tenha de seguir a mesma trajetória, nem de chegar necessariamente a formas de organização política e social semelhantes às que prevalecem nos países atualmente industrializados ou desenvolvidos de um ou outro tipo. A posição adotada significa, conseqüentemente, a necessidade de examinar e buscar na própria realidade latino-americana, e nas influências que sofre pelo simples fato de coexistir com sociedades desenvolvidas, o projeto de nação, as estratégias e políticas de desenvolvimento e as formas de organização que satisfaçam as aspirações dos grupos em cujo nome se empreende a tarefa de desenvolvimento.

O estudo cepalino sobre o desenvolvimento teve origem nos trabalhos do argentino Raúl Prebisch⁷. Em 1949, durante a 2ª Conferência anual da CEPAL, em Cuba, ele lançou um

⁶ Informações obtidas em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>.

⁷ Economista argentino nascido em 1901. Foi um dos principais inspiradores da CEPAL e atuou como seu Secretário-Executivo entre 1950 e 1963. Dados biográficos coletados em: https://www.cepal.org/notas_p/74/EnFoco_3.html.

documento que ficou conhecido como “Manifesto de Havana”. Nele, definiu os conceitos de “centro” e “periferia” e propôs uma teoria do desenvolvimento sem ligações diretas com a abordagem vigente naquela época. Prebisch, até então diretor de pesquisa, se tornaria no ano seguinte diretor executivo da CEPAL (AMARAL FILHO, 2018).

Dessa maneira, a Cepal tornou-se a primeira “escola”, fora do âmbito dos países avançados, a desafiar os paradigmas contidos na teoria neoclássica do comércio internacional, abalando, com efeito, as estratégias de desenvolvimento implicitamente preconizadas por esta última. A Cepal marcou assim o lançamento de uma revolução à la keynesiana periférica, que a transformou na “escola” rival da corrente ortodoxa, sustentada na ideologia do livre comércio (...) que, aliás, já tinha sido enfraquecida pelo crescimento do protecionismo motivado pela grande crise dos anos trinta e pela Segunda Guerra Mundial. Embora tendo nascido no berço da Organização das Nações Unidas – ONU, o que, aliás, lhe conferiu legitimidade técnica e intelectual, pode-se dizer também que, desde o Manifesto de 1949, esse órgão acabou se destacando como l’enfant terrible situado no seio da grande família institucional criada em 1944 pelo Acordo de Bretton Woods. Faziam parte dessa família o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – BIRD e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT. As teses preconizadas por Prebisch caminhavam no sentido contrário do livre comércio, como também das condicionalidades monetárias e fiscais impostas pelo FMI, e do papel moderado do Estado defendido por essa família. (AMARAL FILHO, 2018, p. 33)

Entre 1948 e 1949, Prebisch publicou respectivamente dois importantes textos no âmbito da CEPAL, “O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas” e “O Estudo Econômico da América Latina”, os quais serviram de arcabouço para a disseminação de suas ideias e objetivos. O primeiro ponto abordado em seu texto de 1948 referia-se à divisão internacional do trabalho, segundo a qual a industrialização fazia parte do contexto vivido pelos países ricos e o resto do mundo tinha a função de produzir alimentos e matérias-primas. Contudo, após a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e uma grave crise econômica no final da década de 1920, o argentino enxergou então possibilidades de a América Latina se industrializar.

O autor continua sua narrativa a respeito das dificuldades enfrentadas pela América Latina, apontando que tais problemas deveriam ser superados de forma conjunta. Para melhorar o padrão de vida e dispor de máquinas e instrumentos capazes de difundir o progresso técnico, ele defendeu que o comércio exterior fosse ativo. Contudo, ele salientava que não se deveria crescer apenas às custas do setor externo e, sim, obter dele elementos que dariam impulso ao desenvolvimento econômico a partir de fatores endógenos. O investimento estrangeiro seria um fator importante na tentativa de assimilação da tecnologia dos países desenvolvidos, assim como o bom funcionamento do sistema monetário e a acumulação de capital que pode ocorrer com uma grande quantidade de empregados no ramo industrial, transporte e produção de bens primários (PREBISCH, 2000).

Como a necessidade de capital é grande e ele é escasso entre os países da América Latina, torna-se imprescindível uma criteriosa forma de aplicá-lo. Prebisch (2000) afirma que atividades primárias voltadas à exportação aumentam as divisas que sustentam as importações necessárias ao desenvolvimento. Dessa forma, ele traz a ideia de que diminuiria o desequilíbrio de renda entre os países centrais e periféricos se aumentasse a eficiência produtiva através do progresso técnico e houvesse o aumento real dos salários via industrialização e legislação devida.

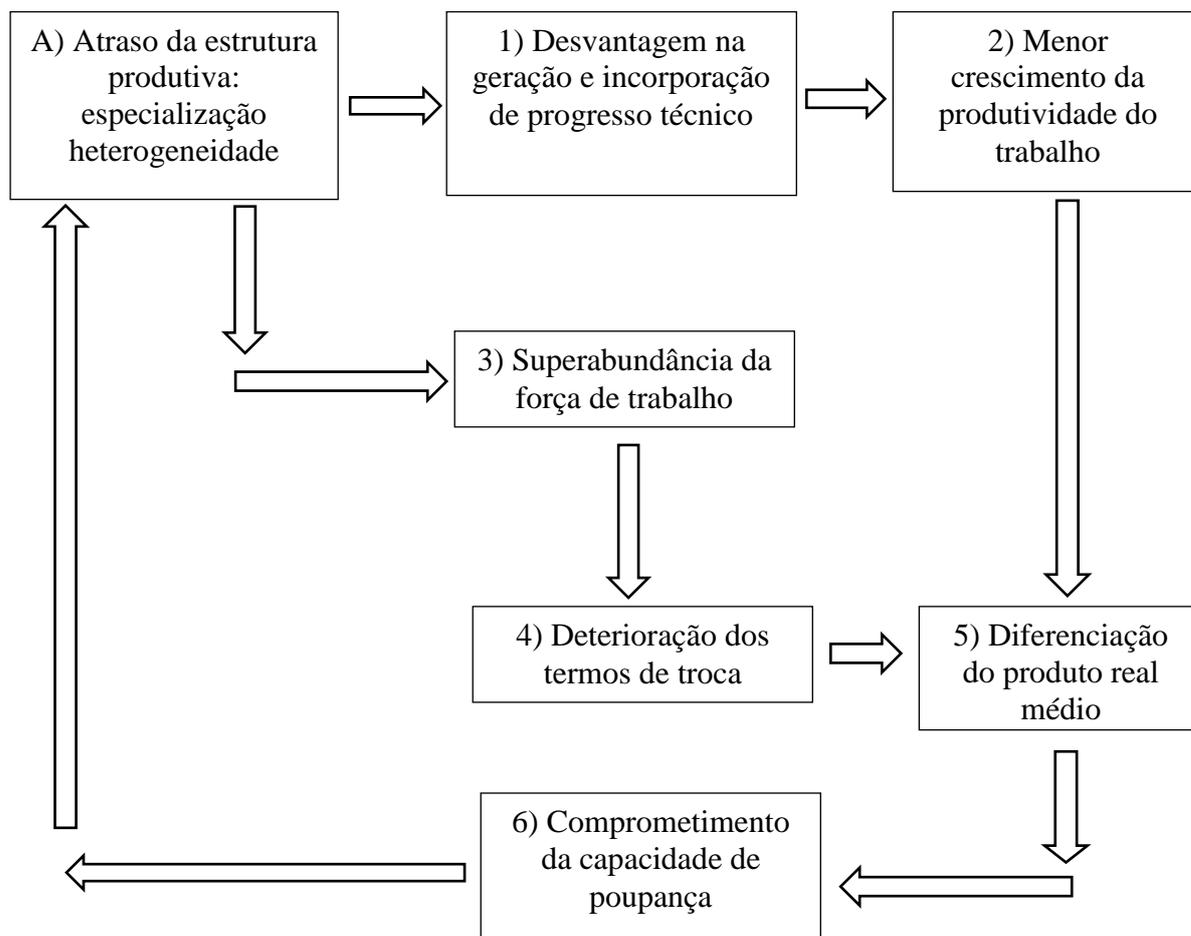
Para Rodriguez *et al.* (1995), na concepção do sistema centro-periferia, a condição periférica forma-se de uma estrutura produtiva atrasada que pode ser caracterizada como heterogênea e especializada. O progresso técnico volta-se para setores primários e afins, com atividades direcionadas principalmente para exportação. Já as economias centrais apresentam diversificação produtiva com tecnologias capazes de se abastecer em conjunto com os países periféricos, ou seja, tal estrutura molda o cenário do comércio internacional: o centro disponibiliza manufaturas enquanto a periferia realiza a transferência de matérias-primas. Outra característica pertencente a estrutura periférica é a heterogeneidade, que, conforme o autor, pode ser definida como:

(...) conceito referente à coexistência de atividades produtivas e econômicas em que a produtividade do trabalho é elevada com outras que ocupam uma proporção considerável de mão de obra e nas quais a produtividade é muito reduzida. (RODRIGUEZ *et al.*, 1995, p. 90)

Tais características são resultados de um “desenvolvimento para fora”. O atraso estrutural que o processo de industrialização apresenta na periferia começa a partir da produção de bens que utilizam pouca tecnologia e, quando se trata de bens intermediários, seu progresso é lento. A dinâmica econômica periférica não é capaz de alcançar os padrões dos grandes centros e dificulta a tentativa de diversificação das exportações, portanto, apesar das mudanças voltadas para um desenvolvimento para dentro, o caráter heterogêneo das estruturas periféricas permanece (RODRIGUEZ *et al.*, 1995).

Na sequência, o Quadro 3 sintetiza as ideias de Rodriguez *et al.* (1995) a respeito do sistema centro-periferia, bem como os seus desdobramentos no tocante à dinâmica das economias periféricas.

Quadro 3 - A dinâmica das economias periféricas



Fonte: Rodriguez *et al.* (1995, p. 90).

A parte 1 do Quadro reflete a grande dificuldade da periferia na geração e incorporação de progresso técnico, já que tais avanços possuem maior viabilidade em indústrias que em atividades primárias. O menor crescimento da produtividade do trabalho (2) decorre da falta de tecnologia, sendo que a maioria da mão-de-obra está incorporada em atividades onde o avanço tecnológico é irrisório. O excesso de força de trabalho é sinal claro da heterogeneidade, uma vez que a grande parte dela se encontra em atividades de baixa produtividade. O autor relaciona o ganho salarial nos países do centro e da periferia conforme segue:

No centro a relativa escassez de mão-de-obra, assim como o desmedido desenvolvimento das organizações sindicais que se foram conformando e consolidando ao impulso de seus processos de industrialização, deram lugar à elevação dos salários reais, no longo prazo. Nas economias periféricas, ao contrário, ambos os elementos apresentaram sinais inversos, de tal sorte que os salários reais permanecem estagnados em níveis muito inferiores. (RODRIGUEZ *et al.*, 1995, p. 92)

A diferença entre os salários explica a tendência de deterioração dos termos de troca. Isso ocorre à medida que os bens industriais sofrem aumentos dos preços, mas os produtos que os países periféricos fabricam não aumentam seus preços de forma conjunta, transferindo assim seu dinheiro aos países centrais. O subquadro 5 pode ser explicado por uma tendência de práticas que levam à desigualdade. O crescimento da produtividade nos países periféricos é inferior aos países centrais que possuem maior produtividade e um menor crescimento populacional. Essas diferenças na estrutura levam a uma menor capacidade de poupar na periferia, limitando as chances de mudança estrutural, fazendo com que tal comportamento na condição econômica e social permaneça.

Prebisch opõe-se à Lei de Say, ou seja, é contra a ideia de que a “oferta cria sua própria demanda”, indo ao encontro da teoria keynesiana. Conforme Meade *apud* Amaral Filho (2018, p. 32), há duas revoluções diferentes propostas por Keynes: a primeira seria uma revolução teórica, voltada à análise econômica, e a outra uma revolução no âmbito de políticas governamentais. Para o autor, torna-se possível encontrar ambas as revoluções no trabalho de Prebisch, o que não o torna um keynesiano, uma vez que o argentino e Keynes se diferenciam na trajetória metodológica.

A Lei de Say utilizada no comércio internacional exige que economias se especializem nos fatores que possuem em abundância, tal preceito se aplica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo. Sua crítica para tal teoria se baseia na percepção de que a divisão internacional do trabalho era perversa para a periferia, já que a especialização na produção de *commodities* agrícolas inibia a incorporação do progresso técnico, levando a uma baixa produtividade da mão-de-obra e a uma deterioração dos termos de troca.

A negação da Lei de Say leva Prebisch a propor, de maneira explícita, a industrialização como via de desenvolvimento e, em sintonia com a revolução keynesiana, a demanda efetiva doméstica tornar-se-ia o motor principal dessa proposição. Assim, ao contrário de se consagrar diretamente a uma política de emprego, Prebisch reclama uma (política de) industrialização “para dentro”, impulsionada pelo mercado doméstico, por meio da continuidade do processo de substituição de importações (SDI). (AMARAL FILHO, 2018, p. 36)

O processo adotado por alguns países latino-americanos de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) ganhou força no pensamento cepalino por uma ideologia nacionalista. No Brasil, esse processo teve início por volta de 1930 no governo de Getúlio Vargas. Para Fonseca (2009), a resposta para a compreensão desse processo reside no estrangulamento externo, que denota a fragilidade da capacidade importar bens e serviços de fora, considerando a quantidade exportada. Conforme o autor:

As crises da agroexportação, incidindo em cheio sobre a balança comercial, traziam à tona as contradições de uma economia que, embora, voltada para fora, não conseguia gerar divisas para manter sua pauta de importações e pagar o serviço de sua dívida externa. Mesmo abordando este lado financeiro do problema, os economistas cepalinos centravam suas análises sobre o estrangulamento externo no lado real da economia, enfatizando os problemas estruturais que acabavam se manifestando na balança comercial, com consequências negativas que se alastravam para o conjunto da economia. (FONSECA, 2009, p. 14)

O programa de ISI consistiu na implementação de uma política por etapas. A primeira ocorreu no governo de Getúlio Vargas com a introdução de indústrias de bens de consumo não duráveis. A segunda etapa deu-se no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas e a implantação da indústria de bens duráveis. Posteriormente, na terceira etapa, o governo Geisel implantou II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento) voltado à instalação de indústria de bens intermediários e de capital.

Quando a economia de um país se torna madura, o caminho da industrialização transfigura-se como natural e inevitável. O desenvolvimento para dentro, ancorado na industrialização e na formação de um mercado nacional, possui características que Rodriguez (2009, p. 99) relata como:

(...) desenvolvimento para dentro apresenta certas características relevantes. Durante a mesma, a substituição de importações constitui a forma obrigatória da industrialização e traz consigo, forçosamente, uma mudança de composição das importações, a tendência ao desequilíbrio externo é inerente a esse duplo processo de substituição de importações e de mudança em sua composição; (...) altos níveis de subemprego estrutural, as condições próprias da agricultura incidem de maneira decisiva nesta última tendência, e ademais, provocam desequilíbrios intersetoriais da produção.

As considerações de Prebisch a respeito da deterioração dos termos de troca se associaram à elasticidade-preço e à elasticidade-renda da demanda que os produtos primários apresentam. As elasticidades preço e renda desses produtos são inferiores à unidade, por sua vez, os produtos advindos dos países do centro possuem elasticidades superiores à unidade. Em uma economia em que a demanda por seus produtos não cresce à medida que sua economia se desenvolve, nota-se uma propensão marginal a consumir decrescente, portanto, nos países da América Latina, conforme a economia crescer, sua população deixará de demandar seus produtos para fazê-la em mercadorias advindas dos países centrais, alimentando os desequilíbrios e quedas no mercado interno (PREBISCH, 2000).

As considerações a respeito do progresso técnico são evidenciadas com clareza sobre o atraso dos países periféricos. Prebisch (2000, p. 80) afirma que os países do centro conseguem absorver os efeitos do avanço tecnológico, ao contrário da periferia: “(...) os benefícios do

progresso técnico concentram-se principalmente nos centros industrializados, sem serem transpostos para os países que compõem a periferia do sistema econômico mundial”. Tal progresso desigual se mostra na produtividade do trabalhador na indústria dos países centrais em comparação com os trabalhadores designados à produção primária na periferia. Com o aumento da produtividade na indústria, é possível reduzir custos e oferecer preços mais atrativos e, conseqüentemente, cria-se condições para aumento real do salário e lucros, provendo à população dos países industrializados uma melhora no padrão de vida.

As fases expansivas e recessivas resultantes do desenvolvimento da economia mundial fazem com que os termos de troca passem por dois momentos. O primeiro, associado à fase de expansão do capitalismo mundial, favorece a periferia dado o impulso ocasionado pelo aumento da demanda, contudo no longo prazo há uma tendência à deterioração dos termos de troca, configurando o segundo momento. Esse efeito é resultado das variações cíclicas decorrente do capitalismo (RODRIGUEZ, 2009). Tal fato caracteriza uma das linhas de raciocínio prebischeriana, que diz respeito ao movimento cíclico das economias centrais. A argumentação defendida por ele ganha melhor embasamento quando se analisa sua crítica ao comportamento dos Estados Unidos (EUA) economicamente⁸, alegando um baixo nível de importações.

O excesso de divisas nos EUA provoca escassez de capital nos países latino-americanos, portanto o centro ditava o movimento das economias periféricas. Quando há um período de expansão desse ciclo, nota-se aumento da produtividade ocasionada pelo progresso técnico, aumento da demanda que gera aumento dos preços e, conseqüentemente, inflação. Os grandes capitalistas com lucros remetem parte deste aos países periféricos em troca da produção primária que sobe de preço mais rápido que os produtos industrializados, formando-se assim a primeira fase dos termos de troca. Contudo, na segunda fase do ciclo, a demanda do centro cai junto com os produtos industriais, porém o efeito da queda apresenta maior amplitude na periferia, uma vez que os preços dos produtos primários caem mais do que os preços das mercadorias produzidas no centro, ocorrendo assim transferência de renda da periferia para o centro.

Bielschowsky (2000), em sua contribuição para a edição comemorativa dos 50 anos do pensamento da CEPAL, sintetizou o pensamento cepalino e os dividiu em um quadro,

⁸ Sua principal crítica centrou-se no fato de que a economia norte-americana, desde os anos posteriores à Grande Crise de 1929 e até o final da Segunda Guerra Mundial, havia se transformado em um polo poderoso de absorção e concentração de ouro (divisas), resultado de um longo processo de acúmulo de superávits comerciais. Para Prebisch, esse fenômeno estava sendo causado pelo fechamento da economia norte-americana (RODRIGUEZ, 2009, p. 44).

separando por décadas os principais temas abordados pela organização, conforme reproduzido a seguir. Para completar o período até o ano de 2018, a CEPAL (2018) reuniu informações a respeito da trajetória do pensamento cepalino em comemoração aos 70 anos da instituição.

Quadro 4 - Síntese dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL

ELEMENTOS	ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA		
<i>Períodos e temas</i>	<i>Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)</i>	<i>Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e de emprego/distribuição da renda</i>	<i>Ação estatal</i>
1948-1960 (industrialização)	Deterioração das relações de troca; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas pela especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para redinamizar a economia; heterogeneidade estrutural; dependência	Reformar para viabilizar o desenvolvimento
1970 (estilos de crescimento)	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização que combina o mercado interno e o esforço exportador	Viabilizar o estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer as exportações industriais
1980 (dívida)	Asfixia financeira	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques estabilizadores; custo social do ajuste	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento
1990-1998 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir a brecha da equidade	Executar políticas para fortalecer a transformação produtiva com equidade
2000 (globalização, desenvolvimento e cidadania)	Assimetrias da economia internacional	Assimetrias da globalização para alcançar o desenvolvimento	Conduzir a transformação produtiva, equidade distributiva e proteção e coesão social
2008-2018 (Agenda 2030)	Agenda 2030 e a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável	Promover um desenvolvimento sustentável mediante uma mudança estrutural progressiva, um grande impulso ambiental e pactos para a igualdade	Cumprir Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração própria com base em Bielschowsky (2000, p. 19) e CEPAL (2018).

Essa sistematização reúne duas características que resumem as ideias da CEPAL. O primeiro ponto seria o enfoque metodológico, ou seja, a perspectiva histórico-estrutural que se baseia na relação centro-periferia e a análise das diferentes formas de inserção dos países na economia internacional. O segundo ponto se refere à percepção de que os fatos econômicos são historicamente determinados.

As fases do pensamento cepalino tiveram por coincidência duração de aproximadamente dez anos cada. A primeira, que se instituiu nos anos 1950, foi marcada pela industrialização. Na década subsequente, o tema central foram as “reformas para desobstruir a industrialização”. A reorientação dos estilos de desenvolvimento na busca de uma industrialização pró-exportadora e homogeneização social caracterizou a década de 1970. O endividamento externo e a transformação produtiva com equidade foram, respectivamente, os assuntos abordados nos anos 1980 e 1990.

A década de 2000 foi marcada pela busca do desenvolvimento que envolvesse de forma equilibrada a globalização e cidadania. Por fim, na última década analisada, a CEPAL incorporou novas concepções e propostas, reforçou também a consolidação do neoestruturalismo, visando uma mudança estrutural progressiva, com grande impulso ambiental e igualdade (BIELSCHOWSKY; TORRES, 2018). Neste percurso, o meio ambiente apareceu nas discussões da CEPAL, ganhando força nas últimas décadas, como apresentado nas próximas seções deste capítulo.

2.2 Os primeiros debates sobre a questão ambiental: Prebisch, Furtado e Sunkel

O texto “O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas” (1948), de Prebisch, teve ampla repercussão após a Conferência de Havana (1949), visto que contestava as ideias aceitas até então sobre comércio internacional e projetava novos caminhos para a compreensão das economias da América Latina. A partir da definição do esquema centro-periferia, Prebisch elaborou a ideia de que o atraso vivido pelos países subdesenvolvidos era de caráter estrutural e descendia também da deterioração dos termos de troca dos produtos primários. Trazia a crítica a respeito da divisão internacional do trabalho, considerando que tal disposição levava os países centrais a usufruírem de elevada renda e como resposta argumentava a favor da participação do Estado como impulsionador da industrialização dos países da periferia.

A preocupação do economista argentino com o meio ambiente também perpassa a definição de estrutura periférica e a dependência da periferia em relação ao centro. De fato, ao analisar as questões ambientais, o autor as relaciona com a distribuição de renda e a acumulação capitalista, dado que o centro possui um modelo social, econômico e cultural que incentiva o desgaste dos recursos ambientais. Com isso, vê-se a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe (PREBISCH, 1980).

Em 1980, foi lançado pela Revista da Cepal o artigo de Prebisch intitulado “Biosfera e Desenvolvimento”, o qual advertia acerca dos problemas ambientais causados pelo modelo econômico existente, tomando como exemplo a segunda crise do petróleo em 1979. A publicação expôs os problemas do modelo desenvolvimentista adotado pelos governos da América Latina, abordando a dependência em relação aos combustíveis fósseis como fonte energética e a depredação dos recursos naturais, a contaminação da água e atmosfera e problemas urbanos que se originaram devido à própria dinâmica estrutural do capitalismo mundial (PREBISCH, 1980).

A trajetória de dependência (*path dependence*) apresenta-se como uma forma de análise social baseada nos processos históricos para a compreensão do desenvolvimento das nações (BERNANDI, 2012). Tal conceito ajuda a apreender o uso indiscriminado de fontes de energia não renováveis e a falta de conhecimento a respeito das externalidades ambientais providas do avanço técnico que permitiram o aumento da produtividade. O padrão de produção intensificou o uso de energia baseada em recursos naturais não renováveis, como o petróleo, problema identificado por Prebisch (1980). Já em relação ao padrão de consumo, a crítica do argentino se firma à tentativa de importação do modelo de consumo das economias centrais. A demanda da periferia aumenta e se beneficia quando se alcança determinado progresso técnico, esse seria, portanto, o momento de mudanças na busca por um desenvolvimento sustentável baseado na igualdade social e no cuidado com a biosfera⁹. Esta também foi uma preocupação de Furtado.

Celso Furtado foi um dos pioneiros no Brasil a tratar da questão ambiental no processo de desenvolvimento, antecipando as ligações entre economia e ecologia (WASQUES, 2017). Em sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), o autor fez uma crítica ao estudo “*The Limits to Growth*” apresentado no Clube de Roma¹⁰ (1972). De acordo com ele:

⁹ Informações obtidas em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/sigloXXI/desenvolvimento-e-meio-ambiente.

¹⁰ O Clube de Roma foi criado em 1968 pelo italiano Aurélio Peccei e o escocês Alexander King para a discussão a respeito dos rumos do planeta e principalmente do meio ambiente junto a personalidades influentes na economia e política mundial.

Não se necessita concordar com todos os aspectos metodológicos desse estudo, e menos ainda com suas conclusões, para perceber a importância fundamental que tem. Graças a ele foram trazidos para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra. Pela primeira vez dispomos de um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas evidências gerais daquilo que se começa a chamar de sistema econômico planetário. Mais ainda: dispomos de um conjunto de informações que nos permitem formular algumas questões de fundo relacionadas com o futuro dos chamados países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1974, p. 9)

Neste estudo realizado para o Clube de Roma, abriu-se mão da ideia de um sistema aberto em relação aos recursos naturais e surgiu o questionamento da possibilidade de continuar seguindo o ritmo de crescimento no nível prevalecente. Ganhou força a ideia de um sistema planetário fechado para os recursos não renováveis e questionou-se o que aconteceria se todos os países alcançassem o desenvolvimento econômico, empregando o mesmo padrão de consumo dos países ricos. A resposta para tal dúvida foi dada de forma clara: o sistema econômico inevitavelmente entraria em colapso com a pressão exercida por meio da poluição e a redução dos recursos naturais (FURTADO, 1974).

O que se sugere no trabalho de Furtado é a percepção de que, na construção de um sistema capitalista, é impossível que todos os países usufruam igualmente dos benefícios da industrialização. Conforme Furtado (1974, p. 44):

Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cênicos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente. O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão da massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos.

No entendimento de Furtado (1974), o capitalismo industrial oferece um estilo de vida pautado pelos interesses de uma minoria, recorrendo, para isso, à alta depredação do meio ambiente. Economias subdesenvolvidas não alcançam de maneira similar o desenvolvimento adquirido pelos centros no quadro de dependência vivido. Desse ponto se tira a ideia de que o desenvolvimento econômico se constitui como um mito para a periferia. Tal ideia é importante para o sistema capitalista, uma vez que, com base nela, todos têm como objetivo assuntos considerados abstratos pelo autor, tais como crescimento, exportações e investimento, tomando lugar de interesses que abrangem a coletividade. Cavalcanti (2003) considera que o texto de Furtado possui uma ótica mais heterodoxa que normalmente tinha-se

acesso, porém ele apenas examina, detecta e mostra como se estrutura o progresso do capitalismo nos países centrais e periféricos.

Oswaldo Sunkel, economista chileno que desde 1952 está associado a CEPAL, publicou, em 1981, o livro “*La dimensión ambiental en los estilos de desarrollo de América Latina*”, cujo objetivo era examinar os estilos de desenvolvimento, ou seja, como ocorre o crescimento industrial, urbano, em educação e estrutural nos diversos países. No âmbito político, analisou o Estado e seus regimes, considerando em suas análises a dimensão ambiental em seu contexto internacional.

A perspectiva ambiental do desenvolvimento no trabalho de Sunkel (1981) avança como contribuição conceitual, uma vez que aponta que as estruturas, inclusive a ambiental, se diferem em cada país. Logo, as políticas e estratégias governamentais devem ser direcionadas para cenários particulares. A história da América Latina se baseia em uma dinâmica de busca e apropriação dos recursos naturais pelos países desenvolvidos. Sendo a heterogeneidade estrutural característica relevante dos países periféricos, o autor afirma a existência de diferentes estilos de desenvolvimento no continente, contudo o estilo ascendente proposto pelos países desenvolvidos se sobrepõe às particularidades dos países latino-americanos. Tal estilo ascendente possui traços como um papel predominante das empresas transnacionais, a dificuldade na autonomia governamental para o estabelecimento de outros estilos de desenvolvimento, a homogeneização dos padrões de produção em escala global, a produção industrial como agente principal na transformação da divisão internacional do trabalho, a intensa inovação tecnológica, o uso intensivo dos recursos naturais e a dependência do petróleo como fonte de energia e, com isso, a geração de resíduos e poluição (SUNKEL, 1981).

Para Sunkel (1981), os fatores ambientais influenciam decisivamente no estilo de desenvolvimento, sobretudo as fontes de energia. Percebe-se, portanto, que a oferta desses recursos usados como fontes energéticas são não renováveis e de baixo custo. Como seu preço é baixo e sua quantidade, apesar de grande, pode se tornar escassa e com a crescente manutenção desse estilo, resultado dos padrões de vida do centro, a perspectiva que se tem diante do processo acelerado desse estilo proposto pelo centro revela a direção do desenvolvimento da periferia.

Das análises efetuadas por Prebisch, Furtado e Sunkel, observa-se que a discussão sobre o meio ambiente foi incorporada na teoria do desenvolvimento da CEPAL já na década de 1970, acompanhando o movimento mundial centrado nas Nações Unidas que teve origem naquele período. Nos estudos destes três economistas desponta as dificuldades ambientais

colocadas à América Latina pelo processo de mimetização do padrão industrial e de consumo dos países centrais, modelo este que desconsidera os impactos em termos de uso e de esgotamento dos recursos naturais. A agenda ambiental tornou-se um tema recorrente da produção científica cepalina, ganhando destaque recentemente em virtude das discussões acerca da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este é o foco da próxima seção.

2.3 O debate contemporâneo: a incorporação da Agenda 2030 pela CEPAL

A Revolução Industrial trouxe o aumento do crescimento econômico, intensificando os problemas ambientais, em particular nos países desenvolvidos. O processo desenfreado do crescimento não sustentável levou a uma conscientização ambiental, incentivando a criação de medidas internacionais como regulamentações, normas, secretarias e departamentos que se tornaram responsáveis no estabelecimento e aplicação de medidas a favor do meio ambiente.

O avanço na conscientização ambiental a partir da década de 1970 nos países desenvolvidos levou a melhorias tecnológicas que viabilizaram uma melhor gestão dos recursos naturais, maior controle na emissão de gases poluentes e melhora na eficiência energética. Dessa forma, determinadas indústrias passaram para os países em desenvolvimento suas fábricas e produtos que não mais satisfaziam as novas exigências dos consumidores das nações ricas (DIAS, 2011).

Segundo Dias (2011), ao perceberem que os problemas ambientais tinham proporções mundiais, os países do hemisfério Norte tentaram responsabilizar todos pelas consequências já observadas do uso irrestrito dos recursos naturais, ignorando o fato de que países do Norte e do Sul possuíam diferentes características no processo de desenvolvimento. Os primeiros constituem-se por países com desenvolvimento excessivo, resultado de suas sociedades industrializadas. Portanto, não podem ser qualificados como sustentáveis. O autor continua a afirmar que

Por outro lado, nos países em desenvolvimento, a degradação dos recursos assumiu dimensões mais trágicas, devido à necessidade de exploração da natureza para garantir a sobrevivência de suas populações. Desse modo, estão sacrificando o futuro para assegurar uma vida cotidiana precária no presente. Está claro que não se pode proteger um recurso natural negando-se a sua utilização por aqueles que dependem desse recurso. E, além de os países do Sul fazerem uso intensivo dos recursos naturais, são grandes consumidores de energia e suas indústrias não apresentam controle de emissão de poluentes comparáveis aos encontrados nos países desenvolvidos. A introdução de novas tecnologias que tornariam seus processos produtivos ecologicamente aceitáveis, de outro lado, encareceria seus produtos, tornando-os menos competitivos no mercado internacional. Sem dúvida

nenhuma, evoluiu muito o debate sobre o real papel do meio ambiente e o combate à pobreza foi um avanço importante que se constitui numa conquista dos países do Sul frente à pressão exercida pelos países do Norte. Hoje, há pouco questionamento sobre sua importância e, na realidade, a discussão ambiental retoma a problemática de qual deve ser o modelo de desenvolvimento que reduzirá a desigualdade entre os países do Norte e do Sul e a existente no interior dos países em desenvolvimento. (DIAS, 2011, p. 25)

Como visto, em 25 de fevereiro de 1948, a CEPAL se tornou parte das Nações Unidas como comissão responsável na análise e apoio para o desenvolvimento dos países da América Latina, fomentando o progresso na região (FAGUNDES, 2018). Posteriormente, seu trabalho passou a incorporar os países do Caribe e o propósito de viabilizar o desenvolvimento social. Em 1996, a Comissão passou a atuar na análise integral dos processos de desenvolvimento, funcionando como um centro de excelência para os Estados membros¹¹. O estímulo ao desenvolvimento econômico e social é realizado em escala regional e sub-regional, com a participação dos países membros em reuniões e conferências para a inserção do contexto regional em problemas mundiais.

O enfoque histórico-estrutural abordado pela CEPAL tem a desigualdade como preocupação, já que ela é resultado do arranjo estrutural dos países periféricos. A maioria dos trabalhadores se concentram em atividades de baixa produtividade e poucos são os setores que utilizam avanços tecnológicos, caracterizando um sistema de heterogeneidade estrutural. A abordagem da CEPAL baseia-se em intelectuais reconhecidos por contribuírem no estudo do desenvolvimento econômico da região, como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

A escassa diversificação e as barreiras à difusão de tecnologia impedem que os aumentos de produtividade alcancem todo o tecido produtivo, de modo que estes se concentram em poucas capas ou segmentos, gerando estruturas polarizadas. A heterogeneidade estrutural refere-se a essa polarização: grandes diferenças de produtividade do trabalho entre setores e dentro deles em decorrência da lenta difusão de tecnologias. Assim, a concentração da maior parte do emprego nas atividades de muito baixa produtividade e salários (atividades informais ou de subsistência) é uma fonte de persistente desigualdade. A visão da heterogeneidade estrutural proposta pelo estruturalismo originário incorporou novas dimensões além da divergência tecnológica e de produtividade, incluindo as desigualdades de gênero, os desequilíbrios territoriais e a dimensão ambiental. (CEPAL, 2016, p. 28)

A dimensão ambiental citada no excerto exige o controle no uso de energia fósseis e sistemas inovadores para tecnologias limpas (CEPAL, 2016). A desigualdade global e a mudança climática como efeito da crise ambiental entram em contradição com o estilo de

¹¹ Os 33 países da América Latina e do Caribe são membros da CEPAL, junto com algumas nações da América do Norte, Europa e Ásia, que mantêm vínculos históricos, econômicos e culturais com a região. No total, os Estados membros são 44, e 8 os membros associados, condição jurídica acordada para alguns territórios não independentes do Caribe (CEPAL, 2012).

desenvolvimento vigente. Esses profundos desequilíbrios refletem a necessidade do estabelecimento de novos paradigmas tecnológicos para o enfrentamento dos problemas que assolam os países em circunstâncias periféricas. Todavia, é preciso que essa revolução tecnológica entre em acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A economia mundial aponta caminhos para um ciclo de investimentos que provoquem uma mudança estrutural progressiva e, conforme Schumpeter expressa, para um novo impulso de destruição criadora (CEPAL, 2016).

Para alcançar o que foi proposto na Agenda 2030, são necessárias mudanças institucionais e políticas, uma vez que os interesses econômicos predominantes se opõem aos objetivos da Agenda. Logo, a construção de alianças internacionais e dentro dos países são imprescindíveis para a sua implementação.

Com um enfoque histórico-estrutural da América Latina e do Caribe, a CEPAL (2016) reitera que para uma economia ser guiada por uma trajetória de baixo carbono, necessita-se de um conjunto de políticas que busquem o dinamismo e estímulo à indústria, caracterizando uma mudança estrutural progressiva. A transformação econômica esperada pode ser resultado de uma crise ambiental que abriu oportunidades para se desenvolver atividades voltadas para indústria e tecnologia baseadas na sustentabilidade. As construções de tais capacidades se arquitetam por meio de planos sociais que envolvem saúde, educação e proteção social como garantia de oportunidades de trabalho em meio ao constante progresso técnico, tendo em vista o direito de acesso a bens e serviços públicos.

A questão histórica dificulta esse tipo de transformação, dado que na região se lida com políticas de interesses que comprometem a construção de um modelo econômico sustentável. Desta maneira, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável precisa superar a realidade latino-americana.

O acúmulo de capital proporciona investimento que é elemento essencial para a mudança estrutural progressiva, uma vez que amplia as capacidades tecnológicas e reorienta a forma de se conduzir o desenvolvimento. Rosenstein-Rodan utiliza o conceito de grande impulso (*big push*) na teoria do desenvolvimento, reconhecendo que o desenvolvimento passa por uma série de saltos descontínuos, contrapondo a teoria vigente do equilíbrio estático. O grande impulso defendido pelo autor refere-se à ideia de que para uma economia avançar é necessário um conjunto de investimentos que darão estímulo para novas atividades (ROSENSTEIN-RODAN, 1963).

A ideia apresentada pode ser atribuída também ao contexto ambiental, uma vez que a sustentabilidade exige um conjunto de investimentos que se complementam. A CEPAL especificou o grande impulso ambiental:

(...) O problema de coordenação está presente no esforço para avançar rumo a uma trajetória de crescimento de baixo carbono. Não haverá investimentos em novas fontes de energia sem investimentos na indústria e no consumo que permitam que as primeiras operem de forma eficiente. Tampouco é possível criar um novo sistema de transporte sem uma expansão simultânea da infraestrutura viária, dos serviços de apoio, das redes e cidades inteligentes, das interconexões físicas e virtuais e da capacidade de operar, manter, reparar e, em alguns casos, produzir os equipamentos e veículos necessários. Não haverá mudanças nos padrões de consumo e produção se a estrutura de custos e preços (incluindo os subsídios e impostos ambientais) não penalizar os processos e bens poluentes. A implementação de um pacote de investimentos em torno de um novo estilo de desenvolvimento sustentável pode ser parte da resposta aos problemas de escassez de demanda agregada que a economia mundial sofre. O grande impulso ambiental é a contrapartida natural a um keynesianismo ambiental global. (CEPAL, 2016, p. 58)

CEPAL (2016) acredita que a América Latina e o Caribe possuem desenvolvimento institucional e experiência na coordenação e cooperação regional, alcançando pequenas regiões até regiões completas como Caribe, América Central e América do Sul, portanto a otimização da Agenda 2030 e os ODS seriam potencializados se tais capacidades fossem aproveitadas. Dessa forma, a contribuição da região para o progresso de uma mudança estrutural progressiva, em conjunto com transformações na governança formariam capacidades para a criação de bens públicos globais com fortalecimento na área financeira, produtiva e comercial, dando ênfase para a economia digital.

Na visão cepalina, apesar do progresso obtido pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, há três maneiras de questionar suas frentes.

O primeiro refere-se aos meios para a sua implementação. A Agenda 2030 não conta com um quadro institucional e uma governança global eficaz, como demonstram as recentes decisões internacionais sobre o financiamento para o desenvolvimento.

O segundo considera a coerência interna da Agenda 2030 e dos ODS. Apesar de serem propostos como um conjunto integral e indivisível, não há uma análise da forma como os objetivos se conectam entre si, nem de sua relação com as variáveis econômicas que condicionam a possibilidade de alcançá-los. Para isso, é necessário partir de um marco analítico e um diagnóstico que articulem e expliquem a evolução dessas variáveis; neste esforço é útil recorrer à tradição da CEPAL em teoria do desenvolvimento, expressada em particular nas suas últimas contribuições.

A terceira interpelação, a mais importante, se refere à economia política. Existe um risco muito alto, como ocorreu em grande medida com os ODM, de que a Agenda 2030 e os ODS se transformem em declarações de intenções que depois são negadas de forma sistemática pela dinâmica dos mercados e a *realpolitik*. A economia política dominante tende a reproduzir o estilo dominante e a frear os esforços para implementar a nova agenda, que requer uma nova economia política e novas coalizões internacionais e nacionais que a sustentem. (CEPAL, 2016, p.25).

A paz e a segurança são exemplos de bens públicos clássicos que a Agenda 2030 se compromete na busca, uma vez que o novo estilo de desenvolvimento requer bens públicos globais e políticas nacionais. A estabilização dos índices de emprego e do produto estão como prioridade em suas necessidades, posteriormente à preservação do meio ambiente e dos recursos comuns.

A CEPAL inclui tal pensamento na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, considerando que o motor para o crescimento no longo prazo parte de setores intensivos em tecnologia e diversificação produtiva, impulsionando investimentos voltados para a sustentabilidade. “À medida que aumentam as capacidades e um país se aproxima da fronteira tecnológica, sua brecha de produtividade diminui e aumenta sua produtividade em relação ao país líder em tecnologia e produtividade” (CEPAL, 2016, p. 115).

Apresentando um ponto de vista distinto do que foi visto até aqui, Neuhaus e Born (2007) argumentam que os problemas ambientais possuem relevância que as instituições atuais não são capazes de lidar e considera a ONU no debate a respeito da governança ambiental no século XXI como incoerente, ineficiente, sem financiamento e informações adequadas. Na visão dos autores:

Um dos motivos para esta situação pode ser identificado na complexa fragmentação da governança ambiental internacional, demonstrando múltiplas atribuições e papéis, distribuídos em instituições de várias esferas e segmentos e a falta de coordenação. A maioria dos acordos ambientais não tem metas claras que facilitem e viabilizem a implementação das medidas propostas. Tampouco há garantia de financiamento adequado para a implementação dos mesmos, e os países em desenvolvimento sofrem com os altos requisitos para cumprir com os relatórios de implementação e até mesmo com a garantia de participação nas conferências e reuniões de negociação sobre os acordos. (NEUHAUS; BORN, 2007, p. 6)

O Quadro 5 apresenta um resumo a respeito das propostas da CEPAL para a implementação da Agenda 2030. Em suma, são consideradas três esferas de ação: (i) desenvolvimento de uma governança comum para a criação de bens públicos globais; (ii) consolidação de uma contribuição regional para o debate mundial sobre meio ambiente; e (iii) elaboração de estratégias e políticas públicas nacionais, envolvendo o lado social, industrial e ambiental.

Quadro 5 - Propostas de políticas para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Âmbito	Políticas
Criação de bens públicos globais	<ul style="list-style-type: none"> i) Maior correlação entre o peso dos países em desenvolvimento na economia mundial e sua representação e poder de decisão nas instituições financeiras internacionais. ii) Coordenação de políticas fiscais focalizadas em investimentos ambientais para dar um viés expansivo à economia mundial e sustentar o emprego iii) Coordenação de políticas cambiais e financeiras para reduzir os desequilíbrios comerciais e a volatilidade mediante a reformulação da arquitetura financeira. iv) Coordenação internacional para reduzir a evasão e a elusão fiscal. v) Criação de fundos para adaptação e transferência de tecnologias ambientais vi) Difusão de padrões e etiquetas ambientais para promover o comércio de bens menos intensivos em carbono vii) Ajuste das regras mundiais de comércio e investimento para torná-las mais compatíveis com os ODS. viii) Participação proativa no debate sobre governança da Internet e da informação.
Fortalecer a contribuição regional	<ul style="list-style-type: none"> i) Criação ou expansão das redes de segurança financeira (Fundo Latino-Americano de Reservas - FLAR, bancos regionais de desenvolvimento, sistema de pagamentos compensados). ii) Aplicação de padrões fiscais, sociais e ambientais comuns para evitar a concorrência predatória no comércio internacional e nos investimentos estrangeiros. iii) Criação de um mercado comum digital iv) Desenvolvimento de cadeias regionais de valor em bens e serviços ambientais v) Estabelecimento de um fundo regional para a compra e o licenciamento de patentes. vi) Criação de um fundo de resiliência e alívio da dívida dos países do Caribe.
Estratégias e políticas nacionais	<ul style="list-style-type: none"> i) Espaço fiscal e planejamento plurianual para proteger e impulsionar o investimento público ii) Política monetária que atribua igual prioridade à estabilidade nominal e à financeira iii) Política macroprudencial no âmbito externo, especialmente em tempos de grande liquidez. iv) Cidades inteligentes: expansão do sistema público de transporte e integração social. v) Aumento da participação das energias limpas na matriz energética. vi) Desenvolvimento de capacidades tecnológicas em tecnologias limpas vii) Criação de centros científicos de avaliação, apoio à implementação e acompanhamento das contribuições nacionais previstas e determinadas (INDC). viii) Eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis ix) Impostos sobre setores e atividades com uso intensivo de carbono x) Incorporação dos custos ambientais no custo dos créditos bancários. xi) Proteção social universal xii) Cobertura universal em saúde e educação.

Fonte: CEPAL (2016).

O êxito dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no âmbito da criação de bens públicos globais exige uma vasta mobilização no sistema financeiro em nível regional, nacional e mundial que proporcione e amplie a capacidade de financiamento para a canalização de recursos que promovam o desenvolvimento sustentável. Considera-se também a segurança climática e a implementação dos acordos propostos das convenções e conferências, o aperfeiçoamento das regras de comércio e propriedade intelectual e a participação no uso dos dados com a governança da internet como objetivos a serem alcançados no campo de bens públicos, que podem ser conceituados como “um bem que tem de ser fornecido na mesma quantidade para todos os consumidores envolvidos” (VARIAN, 2012, p. 733).

A contribuição regional na implementação e aperfeiçoamento da Agenda 2030 e dos ODS pode ser intensificada com o aproveitamento das capacidades acumuladas, sendo sustentada e ampliada em duas frentes principais: a primeira constitui-se em uma rede de segurança financeira que viabiliza as instituições regionais na capacitação técnica e nas políticas de gestão que coordenam finanças e o campo macroeconômico para o fácil acesso dos países da América Latina e do Caribe aos mercados financeiros; a segunda frente refere-se ao avanço da integração regional na busca de diversificação na produção e exportação e volta-se particularmente para o contexto da criação de um mercado único digital. Para tanto, é necessário expandir a infraestrutura de redes e redução dos custos ao acesso, uma vez que do ponto de vista regional, este se torna o objetivo estratégico mais urgente (CEPAL, 2016).

Tratando-se de políticas nacionais para uma mudança estrutural progressiva, um quadro estável e previsível no cenário macroeconômico é essencial para que se sustente o investimento e aumente a produtividade. Por isso, a redefinição da política macroeconômica tem papel fundamental à medida que tenta ampliar o papel anticíclico da política fiscal, reformular o contexto institucional em matéria monetária, cambial e creditícia e fortalecer a política macro prudencial no âmbito externo. A ampliação da proteção social para a igualdade, apesar dos grandes desafios institucionais, forma-se a partir da dinâmica entre o setor social e o econômico, contudo nesses países tal processo se caracteriza de maneira hierárquica: o social fica sob os poderes do setor econômico.

Ainda no âmbito de estratégias e políticas nacionais, o foco também deve ser a implementação de políticas industriais com dimensão ambiental quando se pensa em mudanças estruturais. As inovações e tecnologias precisam se desenvolver a partir da sustentabilidade, o que exige um conjunto integrado de investimentos, geradores do grande impulso ambiental.

É preciso combinar os esforços do lado da oferta para redefinir os caminhos da inovação e a matriz energética com processos de educação que promovam o uso dos bens públicos e modifiquem o estilo de desenvolvimento. Assim, o grande impulso ambiental é um esforço concentrado de investimentos coordenados para redefinir os padrões de produção e consumo, baseado na aprendizagem e na inovação. (CEPAL, 2016, p. 165)

Portanto, para ir rumo ao grande impulso ambiental é importante que os âmbitos dispostos no Quadro 5 avancem em direção a um novo tipo de governança a fim de que o estilo de desenvolvimento proposto alcance resultados significativos na América Latina e no Caribe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse sobre as questões ambientais se deu no século XX, sendo a década de 1970 conhecida por impulsionar o início das conferências mundiais sobre o tema. A primeira reunião foi denominada Conferência de Estocolmo, na Suécia, e depois o movimento de conscientização das nações em relação a problemática ambiental foi se intensificando, sendo a ONU a organização que se propôs a assumir a direção da maioria dos eventos sobre a temática. A CEPAL, como integrante da ONU, participou da evolução das discussões sobre desenvolvimento sustentável e se mostrou, desde 1980, interessada com a temática. Neste particular, textos de autores cepalinos consagrados, como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, debruçaram-se sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, como analisado no capítulo 2 deste trabalho.

O presente estudo teve como propósito, em um primeiro momento, entender como a comunidade internacional despontou progressivamente para a questão ambiental e as externalidades negativas provocadas nesta arena pelo padrão insustentável de crescimento e desenvolvimento. A ênfase recaiu na transição dos ODM para os ODS e, portanto, na formulação da Agenda 2030. No segundo momento, esta pesquisa buscou apreender os elementos e as categorias estruturantes da teoria do desenvolvimento da CEPAL, cujo foco é a condição periférica dos países da América Latina, e como se deu a inserção do debate ambiental na produção científica desse órgão.

O desenvolvimento sustentável para a América Latina é condicionado por grandes desafios, uma vez que a região enfrenta uma série de dificuldades, sendo a desigualdade um dos principais problemas. Há também as recorrentes crises econômicas, problemas relacionados à dinâmica demográfica, catástrofes naturais e dependência externa. A análise cepalina baseada no método histórico-estrutural trouxe os argumentos difundidos como a ideia de um sistema centro-periferia, dado por economistas conhecidos por suas contribuições à comissão, como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel.

Os resultados obtidos com esse estudo são de caráter descritivo, conseqüentemente, revelam a trajetória percorrida pelo movimento de compreensão e realização de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável com o apoio da ONU e a forma como a CEPAL incorporou essa atividade em sua agenda. Portanto, este trabalho, pautado por uma metodologia baseada em uma revisão de literatura, cumpriu com seu papel ao retratar o

processo de incorporação pelos pesquisadores cepalinos de uma agenda ambiental capaz de anteder às necessidades e interesses da América Latina.

Por fim, sugere-se uma maior conscientização ambiental em nível internacional, uma vez que medidas de preservação ambiental, apesar de locais, abrangem todo o ecossistema e tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento dependem de ações responsáveis e compromissadas com um futuro sustentável.

Como a maioria dos estudos encontrados sobre desenvolvimento sustentável é produzida em países desenvolvidos, a pesquisa direcionada para a periferia é escassa e se esbarra em dificuldades e limitações. Recomenda-se, então, a ampliação de estudos voltados para o desenvolvimento sustentável nos países periféricos, retratando sua realidade na inserção da periferia na economia mundial.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. Prebisch-Cepal: revisitando o “Manifesto de Havana”. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 29-59, 2018.
- BERNARDI, Bruno Boti. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13-68.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; TORRES, Miguel. **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio. Textos seleccionados del período 2008-2018**. CEPAL, 2018.
- CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe: seguimento das agendas das Nações Unidas para o desenvolvimento pós-2015 e Rio+ 20**. Nações Unidas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3187/1/S2013539_pt.pdf>. Acesso em: agosto 2018.
- _____. **Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável**. Cidade do México: CEPAL, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40161/4/S1600654_pt.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.
- _____. **Nota Informativa**. In: Trigésimo quarto período de sessões da CEPAL, San Salvador, 2012.
- _____. **La CEPAL: un patrimonio de América Latina y el Caribe. Setenta años apoyando el desarrollo sostenible con igualdad**. CEPAL, 2018.
- DENNY, Danielle Mendes Thame. **Implementação da Agenda 21 e da Agenda 2030: a sociedade civil como stakeholder nos conflitos ambientais internacionais**. In: 14 Congresso Brasileiro de Direito Internacional em Gramado, Gramado, 2016.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- EL KHALILI, Amyra. O que são créditos de carbono. **Ambiente Brasil**, Curitiba, 2003.
- FAGUNDES, Lais I. Araújo. **A CEPAL, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 das Nações Unidas**. Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN, 2018. Disponível em: <<https://cedin.com.br/blog/cepal-os-objetivos-de->

desenvolvimento-sustentavel-ods-e-agenda-2030-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: setembro de 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **O processo de substituição de importações**. LCTE, 2009.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. (Org.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**: Educação, seguridade social, pobreza, infraestrutura urbana e transição demográfica. V. 2. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

FOWLER, Harold Gordon; AGUIAR, Ana Maria Dias de. O papel da Ecologia na análise ambiental: A integração da teoria ecológica na análise ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia Maria; GOBBI, Nivar; FOWLER, Harold Gordon. (org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 166-175.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOLDEMBERG, José. Mudanças climáticas e desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 14, n. 39, p. 77-83, 2000.

LUCIANO, Bruno Theodoro. **União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2016.

MACEDO, Ricardo Kohn. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, Sâmia Maria; GOBBI, Nivar; FOWLER, Harold Gordon. (Org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 15-31.

MIBIELLI, Paulo; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 222-244, 2014.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris**. [s. d.]a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em: outubro de 2018.

_____. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Capítulo 28: Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21**. [s. d.]b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/708-cap%C3%ADtulo-28>>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **Conferência das Partes**. [s. d.]c. Disponível em: <<http://mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>>. Acesso em: Setembro de 2018.

_____. **Protocolo de Quioto**. [s. d.]d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: julho de 2018.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de economia**, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. São Paulo: Caros Amigos, 2011.

NEUHAUS, Esther; BORN, Rubens Harry. **Governança ambiental internacional: perspectivas, cenários e recomendações**. Brasília: Gráfica Charbel, 2007.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Co-operation Development Assistance Committe – DAC**. OCDE, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/2508761.pdf>>. Acesso em: outubro de 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plataforma Agenda 2030**. [s. d.]a. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br>>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm: United Nations, 1972. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **The Millennium Development Goals Report 2015**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <[www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), Earth Summit**. New York: United Nations, [s. d.]b. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/unced>>. Acesso em: agosto de 2018.

_____. **United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20**. [s. d.]c. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>>. Acesso em: julho de 2018.

_____. **World Summit on Sustainable Development (WSSD), Johannesburg Summit**. [s. d.]d. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milesstones/wssd>> Acesso em: agosto de 2018.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. (Ed.). **Educação Ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: USP, 2005.

PREBISCH, Raúl. **Biósfera y desarrollo**. *Revista de la Cepal*, n. 12, p. 73-88, 1980.

_____. O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. v. 1. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, Cepal, Cofecon, 2000.

QUADROS, Thiago. **O histórico dos principais encontros e acordos climáticos mundiais**. *Nexo Jornal*, 17 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/11/17/O-histórico-dos-principais-encontros-e-acordos-climáticos-mundiais>>. Acesso em: outubro de 2018.

RODRIGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUEZ, Octavio; BURGEÑO, Oscar; HOUNIE, Adela; PITTALUGA, Lucía. CEPAL: velhas e novas ideias. **Economia e sociedade**, v. 4, n. 2, p. 79-109, 1995.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the theory of the 'big push'. In: ELLIS, Howard Sylvester *et al.* **Economic development for Latin America; Proceedings of a conference held by the International Economic Association**. London: Palgrave Macmillan, 1963, p. 57-81.

SUNKEL, Osvaldo. **La dimensión ambiental en los estilos de desarrollo de América Latina**. Nações Unidas, 1981. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2197/S8000002_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: outubro de 2018.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **O subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento: Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum/Hachette, 1974.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WASQUES, Renato N.; SANTOS JUNIOR, Walter L.; BRANDÃO, Danilo D. **A questão ambiental na obra de Celso Furtado**. In: XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Uberlândia, 2017.

WELLER, Jürgen. **El nuevo escenario laboral latinoamericano: regulación, protección y políticas activas en los mercados de trabajo**. Siglo Veintiuno, 2009.

XAVIER, Maria Emília Rehder; KERR, Américo Sansigolo. A análise do efeito estufa em textos paradidáticos e periódicos jornalísticos. **Caderno Brasileiro de ensino de Física**, v. 21, n. 3, p. 325-349, 2004.